

Fontes e pluralidade: uma análise da cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG pelo portal *em.com.br*¹

Elise Azambuja Souza²

Márcia Franz Amaral³

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de estudo a cobertura do portal de notícias mineiro *em.com.br* nas primeiras 24 horas após o desastre socioambiental ocorrido em Mariana no ano de 2015. O objetivo da pesquisa é compreender se a cobertura do portal é construída de maneira polifônica, investigando como se dá o acionamento de fontes e quais são os enunciadores mobilizados por elas sobre denominações, causas e consequências do acontecimento. Para tanto, utilizamos como base teórico-metodológica a Teoria Polifônica da Enunciação proposta por Ducrot (1987), em que são diferenciados os papéis de locutor e enunciador. Observamos que um grande número de fontes acionadas forneceu os mesmos pontos de vista sobre o desastre, o que contraria o ideal de pluralidade exigido do Jornalismo perante seu compromisso social.

Palavras-Chave: Mariana. Desastre Socioambiental. Fontes Jornalísticas. Vozes. Polifonia.

1. Introdução

5 de novembro de 2015, 16h49. O portal *em.com.br*, do jornal Estado de Minas (EM) publica uma notícia com a seguinte manchete: “Barragem de rejeitos se rompe em mineradora de Mariana: acompanhe ao vivo”. Era o primeiro *site* de notícias a escrever sobre a tragédia, ainda sem nenhuma equipe no local e sem entender suas reais dimensões. A informação havia chegado à equipe de Gerais do EM através de um *tweet* do Corpo de Bombeiros. Existiam boatos de que a barragem que havia rompido estava localizada em Ouro Preto, mas em contato com a equipe da sucursal do município a equipe do EM confirmou que o rompimento tinha ocorrido em Bento Rodrigues. Sem demora o coordenador de reportagem Álvaro Fraga

¹ Este estudo é parte integrante da pesquisa de mestrado em desenvolvimento.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do grupo de pesquisa Estudos de Jornalismo/CNPq. E-mail: elise.as@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do CNPq. E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com

enviou duas equipes para o local que, ao chegarem, foram responsáveis pelos primeiros vídeos da destruição e tiveram que lidar com a falta de respostas da Samarco sobre o que realmente estava acontecendo. O retorno da empresa só veio no dia seguinte.

As primeiras horas de cobertura da tragédia pelo grupo de repórteres do Estado de Minas foram relatadas por Raquel Almeida (2017) no livro *Vozes e Silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?*, que realizou entrevistas com os profissionais envolvidos na cobertura. O relato joga luz sobre situações comuns na cobertura de tragédias, como a quebra das rotinas produtivas e a tentativa de informar o público ao mesmo tempo em que o acontecimento se desenrola, dois fatores que aumentam o nível de dificuldade do trabalho jornalístico nesses casos. O afastamento do local do rompimento alargou ainda mais as dificuldades de cobertura. Observando as entrevistas e as primeiras manchetes publicadas no país, Almeida (2017) demonstra como as proporções da tragédia demoraram a ser percebidas pela mídia e fizeram com que não fossem publicadas mais do que informações protocolares.

Com o tempo, as reais proporções do desastre que fez desaparecer o distrito de Bento Rodrigues vieram a público. O rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco liberou milhões de metros cúbicos de rejeitos no ambiente e que chegaram aos rios Gualaxo do Norte e do Carmo e desceram pelo Rio Doce atingindo todos os distritos e municípios pelo caminho até chegar, no décimo sexto dia, ao mar, no estado do Espírito Santo. O desastre deixou, entre mortos e desaparecidos, 19 pessoas, e mais de 1,2 mil desabrigados, além de produzir inúmeras consequências de médio e longo prazo que devem seguir afetando a região.

Entre os impactos, conforme consta no relatório POEMAS (2015), está a destruição total da paisagem devido à espessa camada de lama que cobriu as regiões mais atingidas. O baixo teor de nutrientes dos rejeitos tornou a área praticamente estéril para a recuperação ambiental, além de dificultar a passagem de água e o desenvolvimento de plantas, fatores que indicam que, em condições naturais, essas regiões precisam de um prazo bastante extenso para a recuperação. O rompimento destruiu, também, cerca de 1,4 hectares de terras, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APP), unidades de conservação, assentamentos rurais e terras de propriedade indígena. Como parte do saldo negativo é possível ressaltar ainda os tantos mineradores que perderam empregos e pescadores impossibilitados de realizar sua atividade devido a morte de toneladas de peixes, além, é claro, de uma população sem lar e sem perspectivas ao ver povoados inteiros soterrados pelos rejeitos.

Um desastre dessa magnitude, que irrompe sem aviso com um poder imenso de

afetação ao entrar na experiência individual e coletiva e que carrega consigo uma carga de sentidos que desestabilizam os quadros interpretativos até então estáveis, é um acontecimento (QUÉRÉ, 2005). Os acontecimentos são dotados de um poder de revelação e ao irromperem evidenciam campos problemáticos da sociedade além de possuírem um caráter inaugural, tornando-se tanto marco do fim de um processo como do início de uma nova época. Dizer isso é o mesmo que dizer que os acontecimentos emergem sempre prenes de significações conflitantes, de disputas de sentidos, de possibilidades de interpretação. No caso de Mariana, essas disputas envolvem uma atmosfera muito maior do que pode parecer à primeira vista e que são de ordem social, econômica, cultural, e ambiental, além de abrangerem um grande número de personagens com diferentes graus de envolvimento.

Diante do caos provocado pelos acontecimentos, em especial os desastres, o Jornalismo se apresenta na figura de organizador de sentidos e constrói uma cobertura que tenta, a todo momento, restabelecer a ordem (FRANÇA, 2012). Para isso, recorre a fontes que o ajudem a reconstituir momentos e explicar a situação e suas circunstâncias, às quais são concedidos determinados papéis (AMARAL, 2015). A compreensão do desastre passa pela necessidade de expor os nós que formam a grande teia do acontecimento, os pontos de vista que se encontram em disputa.

De tal maneira e considerando os graves danos ambientais e humanos causados e aos fatores sociais, econômicos e políticos envolvidos, o objetivo do presente estudo é investigar quais vozes ganharam visibilidade na cobertura do portal *em.com.br* sobre as causas e consequências do desastre socioambiental ocorrido em Mariana/MG no dia 5 de novembro e as denominações atribuídas a ele. A qualidade da informação jornalística prestada é diretamente proporcional à pluralidade de vozes e opiniões e é responsabilidade do Jornalismo garantir igual acesso às variadas camadas sociais e a todas as perspectivas de um acontecimento, fator que ganha ainda mais importância quando se trata de um desastre com tamanha proporção, questão que é destacada por Girardi e outros (2012) quando tratam dos caminhos para uma concepção adequada de Jornalismo Ambiental, o qual tem como cerne o aprofundamento das pautas a partir de uma visão sistêmica e da pluralidade de vozes.

2. A cobertura de desastres socioambientais e as fontes jornalísticas

O discurso do movimento ambientalista, que começou a ganhar destaque ainda no século passado, chama a atenção, principalmente, para os possíveis efeitos de uma exploração de recursos que vem sendo devastadora. A preocupação com a segurança da humanidade

diante dos impactos ambientais não é novidade. Advertências com relação aos possíveis danos causados pela atividade humana sobre a Terra, segundo autores como McCormick (1992) começaram a surgir há, pelo menos, 3.500 anos. Entretanto, nem mesmo todos os sinais de desgaste do planeta conseguiram barrar a transgressão do homem ao ambiente. As catástrofes ambientais, cada vez mais recorrentes, estão entre as mais fortes evidências dos grandes problemas encarados pela Terra e pela humanidade.

Embora a preocupação com as questões ambientais não seja novidade, sabemos que a pauta não está na ordem do dia do jornalismo. Autores como Lozano Ascencio (1995) apontam que são as catástrofes as principais portas de entrada para as questões ambientais nos jornais que, ao realizarem a cobertura fazem de todos nós protagonistas da história relatada. Também são esses momentos, que pelo seu caráter repentino desestabilizam as rotinas produtivas das redações, que oferecem um olhar privilegiado para as práticas jornalísticas, assim como para as questões sociais, o que também é destacada pelo autor ao afirmar que investigações que observam estas situações “[...] destacam os momentos em que todos os tipos de atitudes sociais emergem e se resumem, o que em tempos normais levaria muito tempo para surgir, ou simplesmente não surgiria.” (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 83, tradução nossa).

Além de totalmente destrutiva e repentina, uma situação catastrófica caracteriza-se pela rapidez, violência e magnitude com que acontece. “A catástrofe, pelo fato de existir, subverte, transforma, modifica, desequilibra e regenera um estado estável de coisas.” (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 91, tradução nossa). Essa definição guarda semelhanças com o conceito de acontecimento como entendido por Quéré (2005) que evidencia justamente seu caráter inesperado e inaugural, afirmando que “Ele introduz, necessariamente, alguma coisa de novo ou inédito. [...] O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade.” (QUÉRÉ, 2005, p. 61). Assim, o acontecimento joga luz para um passado que é relativo a ele e nesse movimento, podem ficar evidentes situações sintomáticas e campos problemáticos da sociedade.

O caso do rompimento da barragem da mineradora Samarco, colocou sob os holofotes a não coincidência entre os vários rompimentos já ocorridos em Minas Gerais e sua extrema relação com o modelo econômico da atividade mineradora que teve crescimento expressivo no Brasil nos últimos quinze anos, conforme apontam Silva e Andrade (2016). O grande potencial de destruição do desastre também revelou a situação de vulnerabilidade das vítimas, o que tornou-se um agravante das consequências, assim como a situação de dependência

econômica das regiões mineradoras. Em Mariana, conforme apontam Wanderley e outros (2016) a principal fonte de arrecadação dos municípios em que há extração de minérios e referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Dentre todos os municípios mineiros Mariana foi o que mais recebeu repasses no ano de desastre, um volume de recursos que corresponde a 80% da arrecadação do município. A situação de dependência se repete em relação à população que tem na mineração a grande maioria das ofertas de emprego.

Quéré (2005) aponta que é preciso que determinados eventos aconteçam e sejam colocados em causa para que algumas questões sejam percebidas e problematizadas, nesse sentido, compreende-se que o desastre em Mariana joga a discussão sobre os problemas e consequências da mineração brasileira na esfera pública. Em todo esse contexto, o Jornalismo apresenta uma importante função ao possibilitar que a sociedade tenha acesso às inúmeras questões que envolvem o desastre. “A investigação jornalística proporciona que o leitor, distante dos órgãos de poder, entenda os mecanismos pelos quais circulam as decisões de interesse comum.” (LOOSE, 2010, p. 29).

Para construir seu discurso acerca do acontecimento e organizar os sentidos disponíveis, restabelecendo a ordem (FRANÇA, 2012) o jornalista consulta fontes que, em casos como esse, servem como recurso para explicar e nomear o ocorrido, auxiliando no estabelecimento de uma relação de causa e efeito. De acordo com Schmitz (2011) as fontes são o centro de qualquer apuração justamente porque é a partir delas e de seu conhecimento em diferentes níveis, capazes de informar e contextualizar os fatos, que o jornalista mede a realidade e faz suas confirmações para, posteriormente, informar o público. De acordo com ele, por definição, fontes são interlocutoras de si ou de organizações, que assumem esta posição por estarem

[...] envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9).

Entre os recursos possíveis na utilização das fontes de informação em um texto noticioso está não só a garantia de credibilidade das informações, como a humanização da notícia, além da isenção de responsabilidade do próprio jornalista sobre declarações literais através do uso de aspas (SCHMITZ, 2011). “O Jornalismo vale-se dos conflitos, diversidade de ideias, variedade de opiniões, multiplicidade de interesses e da complexidade das relações humanas.” (SCHMITZ, 2011, p. 62-63). E deve prestar contas às fontes, ao público e à

sociedade como um todo. Para o autor, a maior parte das notícias são plurais, por emanarem de vários tipos de fontes.

Entretanto, para que o trabalho jornalístico possa, de fato, construir um discurso que dê conta das inúmeras amarras que envolvem os acontecimentos é preciso que concilie as diversas versões e opiniões sobre eles e a presença de diversos agentes no texto jornalístico – que além do número de fontes incluem o jornalista-indivíduo e o jornalista-instituição – não garante, por si só, o caráter polifônico da notícia (LEAL; CARVALHO, 2015; MACHADO, 2006). Gonçalves (2014) também está entre os autores que apontam que “[...] mesmo quando há um esforço em ouvir personagens e informantes de diferentes posturas e pontos de vista, não há garantia de uma pluralidade de vozes.”

Neste sentido, nos alinhamos à discussão levantada por Ducrot (1987) sobre a origem da enunciação. O autor questiona a teoria da unicidade do sujeito da enunciação, expressa pela máxima “um enunciado – um sujeito” e propõe, na contramão desta perspectiva a Teoria Polifônica da Enunciação, com base no conceito de polifonia (BAKHTIN, 2012) na qual distingue os papéis ocupados por locutor e enunciador em determinado discurso. Como locutor o autor define aquele que assume as marcas linguísticas da primeira pessoa e a responsabilidade pelo enunciado. Já os enunciadores referem-se aos seres que se expressam através da enunciação, caracterizando-se como o ponto de vista a partir do qual se orienta o enunciado.

Sendo assim, compreende-se que os locutores podem mobilizar vários enunciadores em sua enunciação, da mesma forma que vários locutores podem trazer um mesmo enunciador em seu discurso. É exatamente a partir desta concepção que Machado (2006, p. 8, grifo da autora) afirma que “[...] não há como reconhecer pluralidade e diversidade, no Jornalismo, sem que se identifique um discurso **efetivamente** polifônico. Sem polifonia, no sentido da perspectiva de Ducrot, estamos diante de um discurso falsamente plural.”. Portanto, a única maneira de identificar a polifonia está no estudo dos enunciadores, análise que apresentaremos na sequência.

3. As vozes da tragédia no portal *em.com.br*

Durante as primeiras 24 horas de cobertura do desastre socioambiental em Mariana foram publicadas 35 matérias no portal *em.com.br*. Dessas, 25 citavam suas fontes. A partir da análise desses 25 textos foi possível mapear a presença de 39 locutores. Em um recorte mais específico, em que consideramos apenas as fontes que aparecem a partir de citação direta, chegamos ao número de 35 locutores, que são, de acordo com classificação elaborada por nós,

em sua maioria afetados (15 locutores), aqueles que foram diretamente ou indiretamente atingidos pelo desastre, sofrendo suas consequências, seguido por fontes oficiais (08), aquelas que falam em nome de órgãos oficiais, especialistas (04), que falam em nome de instituições de pesquisa e universidades e ofertam explicações técnicas sobre o acontecimento, voluntários (04), que auxiliam nas buscas e no trabalho de atendimento às vítimas, testemunhas (01), que não sofreram nenhum tipo de consequência direta ou indireta, mas presenciaram questões relativas ao acontecimento, fontes da empresa (02), que falam em nome da Samarco, e uma (01) fonte sindical que fala em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração Mineral de Mariana (Metabase). Através da coleta de todas as citações atribuídas diretamente a cada uma delas mapeamos os pontos de vista aparentes nas enunciações para, posteriormente, reuni-los em enunciadores predominantes.

Observando as denominações atribuídas ao acontecimento pelos locutores mapeados percebemos a manifestação de quatro enunciadores (Quadro 1). O primeiro enunciador (E1) denomina o rompimento da barragem como “acidente”, já o segundo enunciador (E2) como uma “tragédia”. Ambos são os enunciadores predominantes no recorte observado, reunindo um conjunto de três locutores cada um. Dois locutores enunciam a partir do E3, adotando as denominações “inundação” e “tsunami de lama”, o que coloca o evento em similaridade à eventos naturais. Observamos ainda um quarto enunciador, no qual filia-se apenas um dos locutores e que utiliza a denominação “irresponsabilidade”.

Enunciador	Denominação	Locutores
E1	Acidente	L11 (Empresa); L12 (Oficial); L26 (Oficial)
E2	Tragédia	L2 (Oficial); L3 (Oficial); L14 (Voluntário)
E3	Relaciona com causas naturais (Inundação, tsunami de lama)	L1 (Oficial); L7 (Oficial)
E4	Irresponsabilidade	L6 (Sindical)

Quadro 1: Enunciadores sobre denominação

Fonte: Elaboração da autora.

Os enunciadores predominantes acerca das denominações evidenciam posições bastante diversas. O E1 que traz a perspectiva da fatalidade, colocando o acontecimento como algo acidental, é composto pelos discursos de fontes oficiais e da empresa. Entre os três locutores que enunciam a partir do E1, estão o então presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, um assessor da prefeitura de Mariana e o Coronel do Corpo de Bombeiros. Já o E2

que traz a visão do acontecimento como uma tragédia, o que, por si só, já se afasta de um caráter de casualidade e admite proporções muito maiores, aparece no discurso também de fontes oficiais, sendo elas o então prefeito de Mariana, Duarte Júnior e o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira, além de um voluntário que auxiliou no resgate de vítimas.

Ainda dois enunciadores compõem o cenário levantado nas primeiras 24 horas de cobertura sobre denominações. As fontes oficiais aparecem entre as duas que enunciam a partir do E3, visão que coloca o ocorrido em similaridade à eventos naturais, são elas o Governador de Minas Gerais e um representante do Corpo de Bombeiros. Já o E4, perspectiva que atribui a culpa diretamente à empresa, caracterizando o evento como uma irresponsabilidade está evidenciada na fala de um dos diretores do Metabase, que chamamos, para fins de classificação, de fonte sindical. Observamos, assim, que em um primeiro momento a necessidade de dar nome ao acontecimento, uma das formas de torná-lo inteligível, parte, em sua maioria, das fontes oficiais. Aparecem também as posições de fontes da empresa e sindicato, por exemplo, que filiados a visões antagônicas denominam o ocorrido a partir da perspectiva da responsabilização: enquanto a primeira quer eximir-se da responsabilidade, a segunda quer responsabilizá-la. Percebemos também que nesse eixo em específico não há a participação de afetados, que aparecem com maior frequência enunciando sobre consequências.

Já no segundo eixo de análise, em que observamos os principais enunciados sobre causas do acontecimento visíveis nos textos, percebemos a presença de nove entre os 35 locutores. Estas fontes evidenciaram o aparecimento de 4 enunciadores sobre causas do rompimento da barragem, conforme mostra o Quadro 2. O primeiro enunciador (E1) foi o predominante nas matérias analisadas, sendo representado por quatro entre as nove fontes que enunciam sobre causas e traz a visão de que os motivos para o rompimento tendem a ser problemas internos ao empreendimento, como falta de segurança e fiscalização. Alinham-se a esse enunciador, predominantemente, os três especialistas consultados e ainda uma fonte oficial na figura do Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira.

Enunciador	Causas	Locutores
E1	Os motivos tendem a ser internos: empreendimento inseguro/faltava fiscalização/não foi por acaso	L2 (Oficial); L5 (Especialista); L9 (Especialista); L14 (Especialista)
E2	Os motivos tendem a ser externos: o empreendimento era regular/não haviam falhas	L10 (Empresa); L29 (Empresa); L35 (Afetado)

E3	Ainda é cedo para saber	L25 (Oficial); L29 (Empresa)
-----------	-------------------------	------------------------------

Quadro 2: Enunciadores sobre causas

Fonte: Elaboração da autora.

O segundo enunciador (E2) aparece no discurso de três fontes e traz a perspectiva de que o empreendimento estava regularizado e não apresentava problemas, portanto, os motivos para o rompimento tendem a ser externos. Nesse enunciador em específico observamos que, entre as três fontes, duas são representantes da empresa, o então presidente Ricardo Vescovi e o gerente de projetos da Samarco, e a terceira trata-se de um afetado pelo desastre, nesse caso, uma mulher à procura do marido que estava desaparecido e era funcionário terceirizado no complexo minerário. Podemos afirmar que o aparecimento dessa fonte nesse enunciador em específico rompe com o esperado de acordo com seu lugar de fala ao posicionar-se a favor da empresa. Ainda percebemos a presença de um terceiro enunciador (E3) sobre causas do acontecimento que aponta ainda ser cedo para que sejam atribuídas causas específicas e é representado pelo discurso de uma fonte oficial, o Coronel do Corpo de Bombeiros e pelo gerente de projetos da Samarco, que, dessa forma, aparece em dois enunciadores distintos.

Nesse eixo de análise temos, portanto, a presença de um enunciador que não se posiciona diretamente e dois enunciadores predominantes que se apresentam de forma marcadamente antagônica e que, da mesma forma que a observação levantada no eixo das denominações, versam diretamente sobre a responsabilização pelo ocorrido em dois polos de enunciação. Ainda, a presença de uma fonte da empresa em dois enunciadores diferentes evidencia o fato de que um mesmo locutor pode representar vários enunciadores, com a ressalva de que, nesse caso, estes não se constituem como pontos de vista contraditórios, mas complementares.

Os afetados pelo desastre aparecem pela primeira vez entre os locutores no terceiro eixo de análise, correspondente às enunciações sobre consequências do desastre. Este também é o eixo que apresenta o maior número de enunciadores e o maior número de locutores envolvidos: são 25 dos 35 locutores que se distribuem em seis enunciadores, de acordo com o que mostra no Quadro 3. O primeiro reúne o governador de Minas Gerais e o comandante do Corpo de Bombeiros, duas fontes oficiais e uma fonte do sindicato que afirmam ainda ser cedo para dimensionar as consequências do evento.

Enunciador	Consequências	Locutores
-------------------	----------------------	------------------

E1	Ainda é cedo para dimensionar os danos/vítimas	L1 (Oficial); L5 (Sindical); L25 (Oficial);
E2	Só restou a fé/coragem	L2 (Oficial); L3 (Oficial).
E3	A localidade não existe mais	L5 (Sindical); L6 (Oficial); L13 (Voluntário); L22 (Afetado); L24 (Afetado); L28 (Afetado); L32 (Oficial)
E4	Veio sem aviso/não foi possível salvar todos	L13 (Voluntário); L21 (Afetado); L22 (Afetado); L24 (Afetado); L27 (Afetado); L31 (Voluntário); L33 (Afetado); L34 (Afetado)
E5	"Perdi tudo"/ Famílias perderam tudo	L11 (Oficial); L12 (Voluntário); L15 (Afetado); L19 (Afetado); L20 (Oficial)
E6	Não há retorno/informação sobre vítimas e como proceder	L5 (Sindical) L15 (Afetado); L17 (Afetado); L18 (Afetado); L26 (Afetado); L35 (Afetado)

Quadro 3: Enunciadores sobre consequências**Fonte:** Elaboração da autora.

O segundo enunciador recorre à fé e à esperança para traduzir a impotência diante do desastre. A capacidade de orar pelas vítimas e enfrentar o acontecimento com coragem seriam, portanto, as únicas possibilidades restantes. Enunciam a partir do E2 duas fontes oficiais, o Promotor de Justiça e o prefeito de Mariana. O terceiro enunciador, ao qual alinham-se a maioria dos locutores, trazem à tona uma das consequências mais chocantes da tragédia e que aconteceu nos primeiros momentos após o rompimento: algumas localidades sumiram completamente sob os rejeitos, entre elas, o subdistrito de Bento Rodrigues, que na fala de alguns locutores “não existe mais”. Sete locutores trazem essa questão, entre eles três afetados, um voluntário, uma fonte sindical e duas fontes oficiais: um tenente do Corpo de Bombeiros e o prefeito de Barra Longa.

Dois voluntários e seis afetados enunciam a partir de E4 que atribui a gravidade das consequências à falta de aviso sobre o rompimento, o que, no momento da tragédia, impossibilitou o salvamento de algumas vítimas. Ainda dois afetados, duas fontes oficiais e um voluntário enunciam a partir do quinto enunciador, que traz a perspectiva do drama pessoal dos afetados que perderam todos os seus bens. O sexto e último enunciador diz respeito ao clima de desorientação que se estabeleceu após o desastre. Cinco afetados pelo desastre e a fonte sindical enunciam a partir do E6, evidenciando a falta de retorno da empresa e dos órgãos públicos sobre as vítimas e sobre como proceder diante do acontecimento.

Conforme o esperado, as enunciações sobre consequência não trazem um balanço

preciso de danos causados, já que representam um momento em que a extensão do desastre ainda é incerta. Dessa forma, a maior parte dos enunciadores está ligada a perdas pessoais, ao desencontro de informações e falta de orientações, evidenciando justamente a desorientação da empresa e de todos os órgãos envolvidos que, assim como as vítimas, ainda procuram uma forma de lidar com a situação. Prova disso é que algumas fontes oficiais, das quais esperam-se informações mais precisas e posições definidas, enunciam a partir do E2, enfatizando seus votos de fé e esperança.

O grande número de locutores que enunciam sobre as consequências do desastre, em dissonância com os outros dois eixos analisados, em que aparece um número menor de fontes, também evidencia esse momento de incerteza sobre o que pode ter causado a tragédia, já que é mais recorrente a fala sobre aquilo que se pode ver: a devastação. Mesmo de forma indireta também é possível observar enunciadores que se orientam para a responsabilização sobre o rompimento. Tanto E4, que atribui as reais consequências à falta de aviso e E6, que evidencia a falta de respostas e ações por parte da empresa, declaram o peso da responsabilidade que começa a recair sobre a Samarco.

Nesse eixo, novamente, vemos locutores que se posicionam a partir de dois ou mais enunciadores, como o L5, uma fonte sindical que enuncia a partir dos enunciadores 1, 3 e 5. Da mesma maneira, destacamos que estes enunciadores estão orientados para uma perspectiva de complementaridade e não de oposição. De maneira geral ainda é possível apontar que as questões que dizem respeito à responsabilidade sobre o ocorrido extrapolam o eixo das causas, onde, conforme esperado, se encontram predominantemente, e aparecem também nos enunciados sobre consequências e nas denominações. O ato de denominar o evento como uma irresponsabilidade ou de atribuir as consequências à falta de aviso pesam tanto sobre a empresa quanto a atribuição do rompimento à problemas internos do empreendimento.

4. Considerações Finais

Nos primeiros momentos após o desastre, a ruptura provocada pelo acontecimento e a busca de respostas é refletida na presença do grande número de fontes especialistas - aquelas que podem dar explicações técnicas sobre o ocorrido - no eixo das causas. Essa legitimidade conferida às fontes especializadas com as únicas competentes para falar em certas circunstâncias acaba excluindo importantes segmentos da sociedade do debate e refletindo uma postura elitista (BUENO, 2009). Também é o caráter desestabilizador do desastre que

impulsiona o movimento das fontes em relação à denominação do acontecimento, ação que se dá, nesse caso, em relação ao ponto de vista da responsabilização: dar nome também é indicar um culpado ou negar a culpa. Aos afetados é reservado o papel de contarem suas experiências diante do desastre e simultaneamente, auxiliarem na reconstituição deste, motivo para que sejam protagonistas no eixo das consequências o que reduz, de certa forma, a participação desse tipo de fonte na cobertura como um todo.

Ainda é passível de reflexão a ideia de que a enunciação de alguns locutores rompem com aquilo que se espera a partir do papel que desempenham no quadro do acontecimento, como é o caso da fonte afetada que se alinha ao E2 sobre causas na primeira fase. Na condição de afetada pelo desastre, mesmo que indiretamente, espera-se dessa fonte que se posicione contra o agente que a colocou naquela condição. Ao contrário, nesse caso em específico, temos uma fonte que enuncia a partir de uma perspectiva favorável àquele que, em princípio, seria o “outro lado” da questão.

Os campos problemáticos evidenciados pelo acontecimento, como o quadro de dependência econômica da região e, em consequência, de várias famílias que tem na empresa a principal fonte de emprego e renda – como a da vítima em questão –, dá os subsídios para que possamos compreender as motivações para esse deslocamento. Entretanto, é justamente ele que nos faz perceber que as declarações dadas pelas fontes, por inúmeras motivações, podem não ser condizentes com a posição ocupada por elas. Dizer que uma pessoa afetada pelo desastre posiciona-se a favor de quem o causou também é dizer que a ideia de que buscar fontes localizadas em determinados papéis bem demarcados (vítima, empresa, especialista) não é garantia de que todos os pontos de vista sobre o acontecimento estarão contemplados.

Ainda é necessário ressaltar as especificidades que são reservadas a esse processo no caso de uma cobertura online, que se constrói de forma simultânea ao acontecimento, e como um quebra-cabeça, só pode ser considerada inteira se estiver com todas as suas peças. Sendo assim, só podemos considerar o conjunto analisado, o que nos impede de tirar conclusões sobre matérias isoladas. Entre as matérias selecionadas no nosso *corpus*, algumas apresentam inúmeras fontes e um único enunciador. Se estivéssemos tratando de matérias publicadas em jornais impressos, em que o conteúdo a ser publicado é estático e irreversível e, conseqüentemente, deve reunir um todo significativo sobre o assunto que está sendo coberto, sem dúvida, estaríamos diante de construções excessivamente monofônicas.

No caso dos discursos presentes na cobertura online, que são construídos de uma forma picotada e obedecem ao desenvolvimento do próprio acontecimento, não temos essa

questão aparecendo de forma tão evidente. No entanto, o grande número de locutores mobilizados em comparação ao muito menor número de enunciadores que representam, assim como a presença de alguns locutores que mobilizam mais de um enunciador, apontam para o fato de que muitas fontes são consultadas para fornecer um mesmo ponto de vista. Nesse sentido, podemos observar que, de uma maneira geral, o acionamento de um número elevado de fontes não resulta necessariamente em uma construção polifônica, não respeitando um dos princípios básicos do Jornalismo tendo em vista seu compromisso social.

Destaca-se, dessa forma, que o caminho para a construção de notícias e coberturas que levem em conta as inúmeras disputas de sentido sobre os acontecimentos que estão sendo cobertos e que abram espaço para as inúmeros atores sociais e opiniões envolvidos – responsabilidade que tem seus contornos ampliados em casos como o desastre em Mariana, que envolve danos socioambientais trágicos e irreversíveis – está no deslocamento da atenção do trabalho jornalístico do nível das fontes ao nível dos enunciadores. É nesse segundo nível de compreensão que se encontra a chave para a construção de coberturas que respeitem o compromisso do Jornalismo com o interesse público.

Referências

- AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Revista Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. de 2015
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BUENO, Wilson. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. Anuário Unesco/Methodista de Comunicação Regional, v. 13, n. 13, p. 113-126, 2009.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.
- FRANÇA, Vera. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de. (Org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GIRARDI, Ilza M. T.; SCHWAAB, Reges T.; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. Comunicação & Sociedade (Online), v.34, p.131-152, 2012.
- GONÇALVES, Jurandira Fonseca. Quem fala no jornalismo. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. (Orgs.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 89-102.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. **ALCEU**, v. 16, n.31, p. 155 a 170, jul./dez. 2015.

LOZANO ASCENCIO, Carlos. **La expresión/representación de catástrofes a traves de su divulgación científica em los médios de comunicación social** (1986-1991). Tesis doctoral. Madrid. Universidad Complutense de Madrid, 1995.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.14, 1-1 jan./jun. 2006.

POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011

SILVA, Jarbas Vieira da; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. Introdução. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 23-38.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90.